

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.810 - RJ (2019/0075066-5)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : RODRIGO BRANDÃO VIVEIROS PESSANHA E OUTRO(S) - RJ107152
RECORRIDO : ECISA ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADOS : GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA - RJ061698
GUSTAVO MOURA AZEVEDO NUNES E OUTRO(S) - RJ107088

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DISCUSSÃO SOBRE A NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA E DE SUSPENSÃO DO FEITO. QUESTÕES ATRELADAS AO REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro cuja ementa é a seguinte:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. FALTA DE INTERESSE. INOCORRÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 16, III, DA LEI 6.830/80. TRIBUTÁRIO. IPTU PROGRESSIVO ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000. TCDL. DEPÓSITO INTEGRAL EM AÇÃO ORDINÁRIA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. Na espécie, se trata de embargos à execução fiscal que tem por objetivo o reconhecimento de quitação do débito constante de CDA, relativo a IPTU e TCDL, referente ao exercício de 1999. Existência de anterior ação ordinária, que declarou a inconstitucionalidade da forma de cobrança dos referidos tributos. Valores depositados judicialmente e levantados pela municipalidade. Matéria que deve ser objeto de análise através de embargos à execução, eis que é o instrumento cabível a desconstituição do título. Interesse configurado. Da mesma forma, não há que se falar em litispendência, eis que os elementos da demanda são diversos, só havendo identidade entre a causa de pedir remota.

Sentença que deve ser cassada. Matéria eminentemente de direito, que comporta o julgamento imediato. Aplicação do artigo 1013, § 3º, do CPC/2015. Teoria da causa madura. Tributos – IPTU e TCDL devidamente consignados e levantados pela municipalidade. Ilegalidade de cobrança progressiva do IPTU, conforme reiterada jurisprudência, conforme se extrai do verbete n.º 668 do STF. No mesmo sentido, impossibilidade de cobrança de taxa de coleta de lixo domiciliar, por se tratar de serviço uti universi. Verbetes n.º 123 do E. TJRJ. Depósito anterior em ação ordinária de todo o crédito tributário. Extinção da execução fiscal. Desnecessidade, eis que os valores devidos foram depositados judicialmente e levantados pela municipalidade. Extinção da execução fiscal nos termos de precedentes do E. STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Depósitos perfeitamente individualizados que autorizam a extinção da execução, sendo desnecessária a suspensão do processo.

Precedentes do E. STJ. Recurso de apelação que se conhece para dar provimento e cassar a sentença atacada, além de aplicar o disposto no artigo 1013, § 3º, do CPC/2015, para julgar procedente os embargos e, em consequência, extinta a execução fiscal.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base nas alíneas "a" e "c" o permissivo constitucional, o recorrente aponta, além da divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 313, 489, 948, 1.013 e 1.022 do CPC/2015, alegando em síntese que: (a) o acórdão recorrido manteve-se omisso, mesmo após a oposição de embargos de declaração; (b) "no presente caso faz-se necessária a declaração da prejudicialidade existente entre a presente ação e a ação ordinária n. 0015792-26.1999.8.19.0001, em que a contribuinte requereu o expurgo da progressividade das alíquotas de IPTU sobre seus imóveis no exercício de 1999, alegando fazer jus ao pagamento da alíquota mínima"; (c) em razão da necessidade de dilação probatória, não era possível, na hipótese, o imediato julgamento da causa; (d) "já à época do ajuizamento da execução fiscal ora embargada, era predominante a jurisprudência desse Tribunal pela constitucionalidade da imposição de alíquotas diferenciadas a imóveis residenciais ou comerciais", motivo pelo qual a questão é sujeita à reserva de plenário.

O recurso foi admitido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo n. 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Depreende-se dos autos que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou das questões suscitadas, resolvendo de modo integral a controvérsia posta.

Na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Assim, não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade, contradição ou erro material, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Por outro lado, as questões referentes à necessidade de suspensão em razão da prejudicialidade e de dilação probatória demandam o reexame de matéria de fato, o que é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista o disposto na Súmula 7/STJ.

No mais, no caso concreto, *"a controvérsia em torno da cláusula de reserva de plenário escapa à apreciação do recurso especial, uma vez que os dispositivos supostamente violados reproduzem o art. 97 da Constituição da República"* (REsp 861.054/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2006, DJ 17/10/2006, p. 279).

Diante do exposto, com base no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa parte, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

